



Os professores aplaudiram a concessão da aposentadoria aos 25 anos de serviço, para a mulher, e 30 anos para o homem

Professores conquistam aposentadoria mais cedo

O plenário da Constituinte estendeu ontem aos professores universitários da rede particular a aposentadoria aos 30 anos de trabalho para o homem, e aos 25 anos para a mulher. Ficou mantido também o texto aprovado em primeiro turno que concede o direito de aposentadoria proporcional às mulheres após 25 anos de serviço e, como já está previsto na atual legislação, após 30 anos de trabalho aos homens.



No texto aprovado em primeiro turno, o direito de aposentadoria

com tempo especial dos professores incluía apenas os no exercício do magistério de 1º e 2º graus. No capítulo que trata dos direitos dos servidores públicos foi aprovado um texto que estendia esse direito aos professores das universidades públicas. A partir daí, as lideranças tiveram que buscar o consenso para evitar a divergência de direitos dentro da mesma categoria.

A favor dos professores universitários da rede particular existia ainda o número recorde de emendas apresentadas por tema ao segundo turno de votação — 38 — que objetivavam o restabelecimento de um direito que é assegurado pela legislação atual. Depois do adiamento de quase uma semana da

apreciação da matéria, as lideranças partidárias conseguiram chegar a um consenso, através de uma reunião de emendas, para a votação dos dois assuntos polêmicos que ainda estavam pendentes: aposentadoria dos professores e proporcional às mulheres. A proposta foi aprovada por 370 votos favoráveis, oito contrários e nove abstenções.

Mulheres

Para as constituintes, a aposentadoria proporcional da mulher aos 25 anos de trabalho foi um dos aspectos mais positivos desse capítulo que manteve para as aposentadorias integrais os mesmos critérios utilizados hoje: 35 anos de serviço para os homens e 30 para as

mulheres.

Os entendimentos de liderança fizeram com que fosse retirado o destaque do senador Almir Gabriel (PMDB-PA) que previa a supressão integral do texto. A argumentação apresentada pelo relator do texto do capítulo dos Direitos Sociais, onde estão os principais avanços dos direitos dos trabalhadores, era a de que essa aposentadoria proporcional beneficiava exclusivamente os trabalhadores de classe média alta. O senador explicou que o afastamento antecipado desses trabalhadores da ativa onera os cofres da Previdência, em detrimento dos de baixa renda, que não têm condições de se sustentar com o salário integral de sua aposentadoria.

Limitado gasto com novo Estado

A Constituinte aprovou ontem dispositivo que veda à União, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de novos Estados, os encargos referentes a despesas com o pessoal inativo e com os encargos e amortizações de dívidas interna e externas da administração pública, inclusive indireta. A partir da promulgação da nova Constituição, poderá ser três os novos Estados: Tocantins, já praticamente criado, Amapá e Roraima, que deixarão de ser Territórios.

As Disposições Gerais do texto constitucional, que fazem essa reserva, estabelecem ainda uma série de normas que deverão ser seguidas com a criação de novas unidades da Federação. Entre elas está a que determina que a Assembléia Legislativa será composta de 17 deputados se a população do novo Estado for inferior a 600 mil habitantes e 24 se igual ou superior, até 1,5 milhão de habitantes.

Se o novo Estado for resultado de transformação de Território Federal, como é o caso de Amapá e Roraima, a transferência de encargos financeiros da União para o pagamento dos servidores que pertenciam à administração federal será feita da seguinte forma: após seis anos de sua instalação, o novo Estado terá que assumir 20% dos encargos financeiros para o pagamento dos funcionários transferidos, ficando o restante com a União; no sétimo ano, esses encargos serão acrescidos de 30% e no oitavo, dos restantes 50%.

Lobby garante Pedro II no RJ

O Colégio Pedro II, uma das escolas públicas mais tradicionais do Rio de Janeiro, continuará a ser mantido pelo Governo Federal. Esse dispositivo, bancado por vários constituintes fluminenses desde o início dos trabalhos da Assembléia, foi mantido ontem pela Constituinte.

Os dois constituintes que queriam suprimir o texto — Néelson Aguiar (PDT-ES) e Ivo Cersósimo (PMDB-MS) — que não são do Rio, retiraram o destaque antes da votação. A garantia de que o Colégio Pedro II ficará na órbita federal está na Constituinte desde as subcomissões e nunca foi derrubado em qualquer votação desde então. Tanto no primeiro turno, como agora, no segundo, o relator Bernardo Cabral deu parecer pela rejeição de qualquer emenda que pretendesse suprimir o texto.

Cresce o nº de vereadores

Os municípios com mais de um milhão de habitantes terão as bancadas de vereadores aumentadas após as eleições de 15 de novembro. O plenário da Constituinte permitiu, com a manutenção de um artigo das Disposições Transitórias, que o aumento de bancadas previsto no texto permanente da futura Constituição seja aplicado ainda nestas eleições. Assim, os Tribunais Regionais Eleitorais terão que rever os critérios atuais de proporcionalidade, onde o número máximo é de 33 vereadores, da seguinte maneira: mínimo de nove e máximo de 21 vereadores nos municípios com até um milhão de habitantes; de 33 a 41 nas cidades com até cinco milhões de habitantes; e até 55 nas cidades com mais de cinco milhões de habitantes.

A aplicação deste dispositivo ainda nas eleições municipais deste ano só será possível porque o plenário aprovou por 406 votos contra 22, e onze abstenções, a emenda da deputada Lídice da Mata (PC do B/BA) que suprimiu a exigência de um prazo mínimo de 90 dias antes das eleições para a fixação da nova proporcionalidade pelos TREs. Se isto permanecesse no texto, o aumento das bancadas nas Câmaras

de Vereadores estaria inviabilizado para estas eleições, já que faltam apenas 75 dias para o pleito.

A Constituinte não tem adotado todas as regras estabelecidas pelo texto permanente para as eleições deste ano. Um exemplo disso foi a aprovação de turno único para a escolha dos novos prefeitos. Mesmo assim, todas as lideranças foram unânimes em acatar a proposta da deputada baiana.

Beneficiados

A legislação atual prevê apenas que a representação nas Câmaras de Vereadores dos municípios será de no máximo 33 representantes. Em parágrafo único está definido que nos municípios com mais de um milhão de habitantes a proporcionalidade a ser fixada pelos TREs será de no mínimo 21 e no máximo 33. Isto assegurava à cidade de São Paulo com 12 milhões de habitantes, por exemplo, uma Câmara com 33 vereadores, enquanto que Belo Horizonte, com apenas 2,5 milhões de habitantes, tem a mesma representação. Estas proporcionalidades discrepantes serão corrigidas depois das próximas eleições, quando Belo Horizonte passará a ter 41 vereadores e só São Paulo 55.

Sarney minimiza derrotas

Nem tudo está perdido, do ponto de vista do Palácio do Planalto, em relação ao projeto constitucional, cuja votação deverá se encerrar hoje. Essa foi a conclusão a que chegaram o presidente José Sarney e os 23 parlamentares que ele reuniu ontem, no Palácio da Alvorada.

A explicação é simples: apenas 20% do texto votado pela Assembléia Nacional Constituinte são automaticamente aplicáveis; os outros 80% dependem de regulamentação. É aí que o Governo pretende influir, através do seu apoio parlamentar.

O presidente José Sarney reuniu ontem, no Palácio da Alvorada, 23 parlamentares, todos eles, naturalmente, afinados com o Governo: fizeram uma avaliação do projeto constitucional; conversaram sobre a proposta de Orçamento, enviada ao Congresso Nacional; mas, principalmente, discutiram a necessidade de rearticular o bloco de apoio ao Governo.

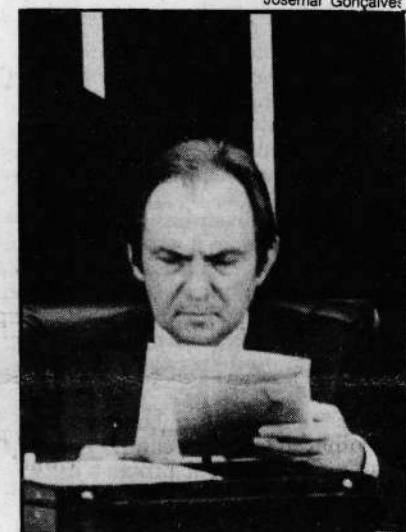
Porque o Presidente da República, segundo o deputado Jorge Leite, que participou da reunião no Palácio da Alvorada, precisará de sustentação política, até o final do seu mandato.

O objetivo mais imediato, contudo, é reduzir os efeitos da derrota do Governo, em relação ao projeto constitucional aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte, que contrariou diversas teses patrocinadas pelo Executivo.

O Palácio do Planalto tenta minimizar a sensação de derrota que toma conta do Governo, no que diz respeito à Assembléia Nacional Constituinte, até para manter, na medida do possível, o ânimo de seus membros, necessário à sustentação política do presidente Sarney.

O que se quer é evitar a dispersão — o Palácio esteve ameaçado de perder um de seus mais importantes assessores — através de perspectiva de um novo campo de batalha, que exigirá o esforço de todos, para influir na regulamentação das leis aprovadas pela Constituinte.

De qualquer forma, não há como esconder o clima de desânimo, mesmo que alguns palacianos insistam em dizer que "aquilo que realmente interessava ao Governo, nós conseguimos aprovar". E um certo sentimento de vingança: "Quando não der certo, não venham aqui, vão perguntar à Constituinte".



Bernardo Cabral

Cultivar droga dá expropriação

O plenário da Constituinte manteve ontem dispositivo aprovado em primeiro turno, nas Disposições Gerais do projeto de Constituição, determinando que as terras, em qualquer região do País, onde forem encontradas culturas de plantas psicotrópicas, como macônha e cocaína, por exemplo, sejam expropriadas sem nenhuma indenização.

O texto estabelece que nas terras expropriadas nessa condição, serão assentados colonos para cultivar alimentos e medicamentos. O senador Wilson Martins (PMDB-MS) queria suprimir todo o texto, mas acabou retirando o destaque. Antes disso, tentou fazer com que o relator desse nova redação ao artigo, trocando a palavra "serão" por "poderão" para o caso de expropriação. Como a troca de expressões acarretaria mudanças no texto, a proposta foi rejeitada pelo relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

A única modificação introduzida — no seu parágrafo único — foi a aprovação, com 395 votos favoráveis, um contrário e seis abstenções, do texto determinando que todo bem econômico apreendido em decorrência do tráfico de drogas será confiscado pela União e revertido em benefícios de instituições e pessoal especializado no tratamento e recuperação de viciados e ao aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e pressão ao tráfico — no caso, para a Polícia Federal.

Cobertura

Participaram da cobertura das votações da Assembléia Nacional Constituinte, os repórteres Carmen Kozak, Gerson Menezes, Luís Eduardo Costa e Marco Antônio Maurício.

A Novíssima República



GouGen